



Pequenos negócios e a bancarização



Foto: roylatt free

Por Ana Cláudia Arruda

A decisão de um padrão de financiamento adequado e saudável constitui ponto fundamental para o desenvolvimento e sustentação de qualquer atividade econômica, sobretudo, para as empresas de pequeno porte. Por padrão financiamento entende-se a composição de recursos financeiros, com taxas de juros, prazos e condições adequadas ao desenvolvimento e sustentabilidade de uma atividade produtiva. Do ponto de vista conceitual, as fontes de recursos para uma atividade econômica pode ser de natureza interna e de natureza externa. O quadro abaixo classifica as diversas fontes de acordo com a origem dos recursos:

Classificação das Fontes de Recursos

Quanto à origem:

- **fontes internas: reservas internas (capital próprio) e lucros acumulados e retidos;**
- **fontes externas: fornecedores, lançamento de debêntures e recursos de terceiros (empréstimos e financiamentos bancários)**

A montagem de um padrão e de mecanismos adequados de financiamento tem sido uma preocupação constante das políticas macroeconômicas dos países industrializados. Desde o início da revolução industrial até o final dos anos setenta as grandes empresas eram vistas como o principal motor das economias. A importância das empresas de pequeno porte mediante seus impactos positivos sobre a criação de empregos e de dinamização das economias de base local deu-se expressivamente a partir dos anos oitenta, tendo em vista os graves problemas macroeconômicos enfrentados por quase todos os países do mundo.

Esta nova visão do papel das empresas de pequeno porte nos países desenvolvidos vêm conduzindo os governos a criarem um ambiente favorável ao sucesso e a viabilidade dessas empresas. Há uma preocupação crescente nestes países, a exemplo dos EUA, Espanha, Japão, México e Itália de criar e universalizar o acesso ao crédito, através de políticas específicas, principalmente, para os empreendimentos de pequeno porte. Para termos uma visão da importância quantitativa do papel dos pequenos negócios no mundo, no Canadá, Coréia do Sul, Estados Unidos, Japão, México, Reino Unido, União Européia e Taiwan 98% das empresas industriais são consideradas de pequeno porte.

No Brasil, o sistema de concessão de crédito ainda carece de políticas especiais tendo em vista a elevada carga tributária, a elevada inadimplência e os altos lucros dos bancos pertencentes ao concentrado e oligopolizado sistema financeiro brasileiro. Razões de ordem estrutural e de decisão política fazem com que o acesso ao crédito ainda seja privilégio de poucos. Por parte das empresas a falta de registros contábeis e financeiros e de estratégias consistentes de mercado, impossibilitam uma tomada de decisão adequada. O que se constata, por parte dos bancos, são as elevadas taxas cobradas e os elevados lucros fazendo com que os recursos, por serem pulverizados, quando destinados

às empresas de pequeno porte, tornam-se ainda mais onerosos. Este conjunto de elementos faz com que o mercado financeiro exija, de forma excessiva a concessão de garantias. Dentro dessa perspectiva os bancos de apoio ao desenvolvimento econômico, a exemplo do BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, cumprem um papel vital para a superação desses gargalos.

Sondagem - Em função disso, em julho deste ano, o Sebrae consultou 6.005 empresas (MEI, ME e EPP) para identificar qual a proporção destas empresas que têm relacionamento com bancos comerciais como pessoa jurídica e publicou, em novembro de 2015, o estudo “**Bancarização das MPE**”. As entrevistas foram feitas entre 1 e 31 de julho deste ano. O acesso a serviços bancários é um dos temas de maior procura por informações no Sebrae. No Brasil, 70% das MPE possui algum tipo de relacionamento com bancos comerciais como Pessoa Jurídica - PJ. Por parte, as EPP apresentam a maior proporção de PJ com relacionamento com bancos (93%), seguida pelas Microempresas (84%) e pelos MEI, segmento em que apenas 45% possui relacionamento com banco como Pessoa Jurídica. Por região a maior proporção de PJ “bancarizada” encontra-se no Sul (75%), seguida pelo Sudeste (74%), Centro-Oeste (65%), Norte (61%) e Nordeste (60%). Por setor, o comércio é o setor que possui a maior proporção de empresas com acesso a serviços bancários (74%), como PJ, seguido pelo setor de serviços (68%), indústria (65%) e setor da construção (50%).

Estes resultados indicam que, no Brasil, a maioria das empresas se relaciona com os bancos, como PJ. Porém, quanto menor o porte, mais baixa é a proporção de empresas que se relacionam com bancos. Em parte, isso ajuda a explicar as mais baixas proporções de empresas com relacionamentos com bancos encontrados no Norte e Nordeste. Nestas regiões, é alta a importância relativa dos MEI (segmento com maior exclusão financeira), no conjunto das MPEs. Quando analisamos os estados os destaques positivos são os estados de São Paulo e Santa Catarina (80% dos Pequenos Negócios acessa bancos como PJ). Os destaques negativos são os estados do Maranhão e Paraíba, onde apenas 54% das empresas utilizam serviços bancários como PJ. O estado de Pernambuco encontra-se em 16ª posição no ranking nacional do acesso a pessoa jurídica ao sistema bancário, sendo 62% das MPEs que disseram possuir algum tipo de relacionamento com banco.

Em conclusão, o que se observa é que embora as perspectivas dos agentes financeiros sejam positivas, as estratégias dos grandes Bancos de Desenvolvimento, a exemplo do BNDES e do Banco do Nordeste, deverão estar focadas em ambientes inovativos e de relativo grau de integração de empreendimentos a exemplo dos Arranjos Produtivos Locais-APLs, tendo em vista maiores possibilidades de sucesso do empreendimento, consoante às externalidades positivas sobre o ambiente de negócios.

Comentários para a imprensa sobre este Boletim podem ser feito pelos telefones:

Ana Cláudia Arruda, gestora do Observatório Sebrae/PE

Telefones 81-2101 8463 e 81-999632595.